

AUDITOR PÚBLICO INTERNO- DIREITO

Nome do(a) Candidato(a)

Número de Inscrição

--	--

Este caderno de questões está assim constituído:

DISCIPLINAS	Nº QUESTOES
Língua Portuguesa	10
Matemática	10
Conhecimentos Específicos	30
Total de questões	50

INSTRUÇÕES AO CANDIDATO (A):

- Confira devidamente o material (CARTÃO DE RESPOSTA e CADERNO DE QUESTÕES); se houver falha, solicite a presença do fiscal.
- Confira seus dados no CARTÃO DE RESPOSTAS: NOME, Nº de INSCRIÇÃO e CARGO. ASSINE no espaço indicado na frente do cartão.
- O CARTÃO DE RESPOSTAS deverá ser preenchido de caneta esferográfica, azul ou preta, ponta grossa, sem rasuras e apenas uma ÚNICA alternativa poderá ser marcada em cada questão, preenchendo totalmente o espaço, e não apenas “x”.
- Não amasse nem dobre o CARTÃO DE RESPOSTAS; evite usar borracha. É vedada a substituição do CARTÃO DE RESPOSTAS decorrente de erro cometido por candidato.
- Durante a prova, não é permitida a comunicação entre candidatos nem a utilização de máquinas calculadora e/ou similares, livros, anotações, réguas de cálculo, impressos ou qualquer outro material de consulta.
- O tempo de duração da prova será de até 03 (três) horas. O candidato somente poderá retirar-se definitivamente do recinto de realização da prova após 1 (uma) hora, contada do seu efetivo início.
- Ao final dos trabalhos, DEVOLVA ao Fiscal de Sala o CADERNO DE PROVA e o CARTÃO DE RESPOSTAS devidamente preenchido e assinado.
- Os três últimos candidatos de cada sala de prova deverão permanecer no recinto, a fim de acompanhar os fiscais para o lacre dos envelopes, quando, então, poderão retirar-se do local, simultaneamente, depois de concluído.
- APÓS TÉRMINO DA PROVA, PROIBIDO A PERMANÊNCIA NAS DEPENDÊNCIAS DA ESCOLA. USO DOS BANHEIROS SOMENTE ANTES E DURANTE A PROVA.

Destaque aqui:

 PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE GUARATINGUETÁ SP – AUDITOR PÚBLICO INTERNO-
 DIREITO

Marque aqui as suas respostas:

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45
46	47	48	49	50										

RASCUNHO

RASCUNHO

LÍNGUA PORTUGUESA

Texto 1

Meus oito anos

*“Oh! que saudades que tenho
Da aurora da minha vida,
Da minha infância querida
Que os anos não trazem mais!
Que amor, que sonhos, que flores,
Naquelas tardes fagueiras
À sombra das bananeiras,
Debaixo dos laranjais!”*
(Casimiro de Abreu, “Meus oito anos”)

Texto 2

Meus oito anos

*“Oh que saudades que eu tenho
Da aurora de minha vida
Das horas
De minha infância
Que os anos não trazem mais
Naquele quintal de terra!
Da rua de Santo Antônio
Debaixo da bananeira
Sem nenhum laranjais”*
(Oswald de Andrade)

Os textos 1 e 2 referem-se as questões de 1 a 6.

1) Sobre intertextualidade nos poemas podemos dizer que:

- a) Ocorreu uma alusão.
- b) Ocorreu uma paródia.
- c) Ocorreu uma paráfrase.
- d) Ocorreu uma citação.
- e) Ocorreu uma epígrafe.

2) Sobre recursos expressivos que constituem os dois textos é CORRETO:

- a) O tema dos dois textos é o mesmo, mas são de gêneros diferentes.
- b) Embora cada texto mostre sua época através da linguagem, os dois possuem o mesmo tema e o gênero textual.
- c) O texto 2 perdeu suas características por utilizar termos diferentes.
- d) Possuem o mesmo gênero textual, tem características diferentes.
- e) As linguagens significativas dos dois textos são iguais, mas de gêneros diferentes.

3) Assinale a alternativa CORRETA sobre a regra do emprego de crase na frase: “À sombra das bananeiras”

- a) Usa-se crase em locução adverbial
- b) Usa-se crase antes de pronomes pessoais, indefinidos e demonstrativos.
- c) Quando é um substantivo feminino.
- d) Por ser nome próprio feminino.
- e) O uso da crase está incorreto, por ser um substantivo feminino no plural.

4) No verso, “Que os anos não trazem mais”, o QUE exerce a função sintática:

- a) Adjunto Adnominal.
- b) Conjunção subordinativa causal.
- c) Advérbio de intensidade.
- d) Substantivo indefinido.
- e) Pronome relativo.

5) Os dois poemas são classificados como:

- a) Gênero lírico, pois sua essência é a harmonização da palavra.
- b) Gênero imaginário, épico, por misturar o real com o imaginário.
- c) Gênero lírico, embora não tenha tom melódico.
- d) Gênero dramático por falar dos anos que não voltaram.
- e) Gênero épico, pois mistura a melodia com o heroísmo da infância.

6) Quanto à função da linguagem, como se classifica os textos acima:

- a) Referencial conotativa.
- b) Emotiva.
- c) Metalinguística.
- d) Poética.
- e) Fática.

Texto 3 Refere-se as questões de 7 a 10

PERDIDO NA CIDADE (Autor desc.)

Um caipira veio pra cidade grande e ficou completamente perdido.

Então perguntou pra um sujeito que estava sentado na praça, fumando.

— Dia, moço... O sinhô sabe onde é que fica o terminal de Ônibus da Praça da Arve?

— Praça da Árvore? — corrigiu o sujeito.

— Isso, exatamente... Praça da Arve!

— Fica ali, ó! Na primeira rua à esquerda. Qualquer idiota sabe!

— Mais é por isso mesmo qui eu perguntei pro sinhô, uai!

<http://professoralourdesduarte.blogspot.com.br/2012/05/textos-engracados.html>

7) As alternativas a seguir apresentam as características da narrativa, assinale a CORRETA a respeito do texto.

- a) Conto.
- b) Crônica.
- c) Novela.
- d) Romance.
- e) Fábula.

8) O que torna esse texto uma narrativa engraçada?

- a) A linguagem de o emissor ser caipira dificultando o canal de comunicação.
- b) A ironia do receptor em relação à linguagem do emissor.
- c) O fato de o emissor utilizar-se da ironia do receptor e responder-lhe a altura.
- d) O fato do receptor se utilizar da própria linguagem do emissor para lhe informar.
- e) O fato do emissor e receptor ser de países diferentes.

9) Para que a comunicação realmente se efetive, seis fatores participam desse processo, são eles: emissor, receptor, mensagem, código, canal e referente, sendo assim assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Houve a comunicação, mesmo que não existindo os seis fatores.
- b) Houve a comunicação, pois os elementos estavam presentes no texto.
- c) Houve a comunicação, pois o emissor obteve a informação, ou seja, atingiu seu objetivo.
- d) O fato de a linguagem ser caipira, não alterou a comunicação.

e) Houve a comunicação, embora o receptor tenha sido irônico, recebeu a resposta do emissor.

10) Qual a alternativa abaixo que caracteriza melhor o texto humorístico?

- a) Presença de narrador e personagens.
- b) Uso do discurso direto.
- c) Sequência de eventos.
- d) Quebra de expectativa.
- e) Uso da linguagem coloquial.

MATEMÁTICA

11) Assinale a alternativa que se refere a um silogismo regular:

- a) Tudo o que robustece a saúde é útil. O esporte robustece a saúde. Logo, o esporte é útil. O atletismo é um esporte. Logo, o atletismo é útil;
- b) Se chover não vamos ao cinema. Chove. Logo, não iremos ao cinema;
- c) Todos homens são mortais. Marcos é homem. Logo, Marcos é mortal;
- d) Mulher pobre e pobre mulher.
- e) Nenhuma das alternativas.

12) Analise os itens abaixo e em seguida assinale a alternativa verdadeira sobre as proposições:

p : A neve é branca;

q : $5 + 2 = 8$;

- a) $\sim p$;
- b) $p \wedge q$;
- c) $\sim q$;
- d) q ;
- e) Nenhuma das alternativas.

13) Analise as afirmativas abaixo.

I- Podemos formar 120 anagramas a partir da palavra ORDEM.

II- A partir da palavra FOLHA podemos formar 12 anagramas que comecem com a letra H.

III- Podemos formar 72 anagramas a partir da palavra PRATO que comecem com consoante.

É CORRETO o que se afirma em:

- a) I, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II apenas
- e) II e III apenas.

14) Com os números distintos que são formados com todos os algarismos do número 5216255, quantos são pares?

- a) 108.
- b) 120.
- c) 144.
- d) 128
- e) 130

15) Negando a proposição conjuntiva “Germano é médico e Rafael é dentista” obtemos:

- a) Germano é médico ou Rafael não é dentista.
- b) Germano não é médico e Rafael não é dentista.
- c) Germano não é médico ou Rafael não é dentista.
- d) Germano é médico e Rafael não é dentista
- e) Nenhuma das alternativas.

16) Analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa CORRETA.

- a) Segundo o princípio da não contradição, uma proposição pode ser falsa e verdadeira ao mesmo tempo.
- b) Uma proposição composta formada por duas ou mais proposições será dita uma tautologia se ela for sempre verdadeira, independentemente dos valores lógicos das proposições que a compõem.
- c) Uma proposição composta formada por duas ou mais proposições será dita uma contradição se ela for sempre falsa, dependendo dos valores lógicos das proposições que a compõem.
- d) Uma proposição é dita simples quando contém qualquer outra proposição como sua componente.
- e) Nenhuma das alternativas.

17) Certo número de crianças foram agrupadas de duas em duas crianças, não importando a ordem das mesmas, para jogarem. Se haviam 10 diferentes possibilidades de agrupamento, quantas crianças fazem parte deste grupo?

- a) 5.
- b) 12.
- c) 20.
- d) 16.
- e) Nenhuma das alternativas.

18) Complete a lacuna a seguir: As operações realizadas sobre proposições são chamadas de.....

- a) cálculo proposicional.
- b) operações lógicas.
- c) valor lógico.
- d) conjunção.
- e) notação lógica.

19) Para 2 técnicos instalarem a rede de computadores de uma empresa, são necessários 5 dias. Quantos dias são necessários para 5 técnicos, nas mesmas condições, instalarem essa mesma rede?

- a) 1 dia;
- b) 2 dias;
- c) 1 dia e meio;
- d) 2 dias e meio.
- e) Nenhuma das alternativas.

20) Assinale a alternativa CORRETA que define tabela verdade:

- a) Tem por objetivo elaborar procedimentos que permitam obter um raciocínio correto na investigação da verdade.
- b) É um conjunto de palavras ou símbolos que exprime um pensamento de sentido completo.
- c) É um instrumento usado para determinar os valores lógicos das proposições compostas, a partir de atribuições de todos os possíveis valores lógicos das proposições simples componentes.
- d) É o critério que especifica a ordem de avaliação dos conectivos ou operadores lógicos de uma expressão qualquer.
- e) É o modo que se possa atribuir, dentro de certo contexto, somente um de dois valores lógicos possíveis: verdadeiro ou falso.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21) Assinale a alternativa CORRETA:

A Lei nº 4.626, de 18 de março de 2016 dispõe sobre o Sistema de Controle Interno do Município e dá outras

providências, e em seu art. 3º estabelece o conceito de Sistema de Controle Interno. Conforme o artigo, entende-se por Sistema de Controle Interno o conjunto de atividades de controle exercidas no âmbito do Município, pelos Poderes Legislativo e Executivo, incluindo as Administrações Direta e Indireta, de forma integrada, compreendendo particularmente:

- a) o controle orçamentário e financeiro das receitas e despesas, efetuado pelos órgãos dos Sistemas de Planejamento e Orçamento e de Contabilidade e Finanças;
- b) o controle exercido indiretamente pelos diversos níveis de chefia objetivando o cumprimento dos programas, metas e orçamentos e a observância à legislação e às normas que orientam a atividade específica da unidade controlada;
- c) o controle do uso e guarda dos bens pertencentes ao Município e ao governo Estadual, efetuado pelos órgãos próprios;
- d) o controle, pela Unidade Central de Controle Interno, da aplicação restrita da lei no exercício das atividades auxiliares;
- e) Nenhuma das alternativas.

22) A Lei nº 4.626, de 18 de março de 2016 estabelece as responsabilidades de todas as unidades executoras do sistema de controle interno. Segundo o art. 6º da Lei, as diversas unidades componentes da estrutura organizacional da Prefeitura Municipal, abrangendo as administrações Direta e Indireta, no que tange ao controle interno, têm as seguintes responsabilidades, EXCETO:

- a) exercer o controle, em seu nível de competência, sobre o cumprimento dos objetivos e metas definidas nos Programas constantes do Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, no Orçamento Anual e no cronograma de execução mensal de desembolso;
- b) avaliar, sob o aspecto da legalidade, a execução dos contratos, convênios e instrumentos congêneres, afetos ao respectivo sistema administrativo da Prefeitura Municipal, abrangendo as administrações Direta e Indireta.
- c) exercer os controles estabelecidos nos diversos sistemas administrativos afetos à sua área de atuação, no que tange a atividades específicas ou auxiliares, objetivando a observância à legislação, a salvaguarda do patrimônio e a busca da eficiência operacional;
- d) avaliar e solucionar qualquer irregularidade ou ilegalidade de que tenha conhecimento, sob pena de responsabilidade subsidiária.
- e) Nenhuma das Alternativas.

23) De acordo com a Lei nº 4.626, de 18 de março de 2016, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O controle interno do Município compreende o plano de organização e todos os métodos e medidas adotados pela administração para salvaguardar os ativos, desenvolver a eficiência nas operações, avaliar o cumprimento dos programas, objetivos, metas e orçamentos e das políticas administrativas prescritas, verificar a exatidão e a fidelidade das informações e assegurar o cumprimento da lei.
- b) Entende-se por unidades executoras do Sistema de Controle Interno as diversas unidades da estrutura organizacional, no exercício das atividades de controle interno inerentes às suas funções finalísticas ou de caráter administrativo.

c) A Prefeitura Municipal, abrangendo as administrações Direta e Indireta, ficam autorizados a organizar a sua respectiva Unidade Central de Controle Interno, com o status de Secretaria, vinculada diretamente ao respectivo Chefe do Poder ou Órgão, com o suporte necessário de recursos humanos e materiais, que atuará como Órgão Central do Sistema de Controle Interno.

d) É vedada a terceirização da implantação e manutenção do Sistema de Controle Interno, cujo exercício é de exclusiva competência da Prefeitura Municipal, exceto em hipóteses excepcionais.

e) Nenhuma das alternativas.

24) O art. 9º da Lei nº 4.626, de 18 de março de 2016 dispõe acerca das vedações. Sobre o assunto, assinale V (verdadeiro) ou F (falso) nas afirmações abaixo:

Art. 9º - É vedada a indicação e nomeação para o exercício de função ou cargo relacionado com o Sistema de Controle Interno, de pessoas que tenham sido, nos últimos 5 (cinco) anos:

- () responsabilizadas por atos julgados irregulares, de forma definitiva, pelos Tribunais de Contas;
- () condenadas, por decisão que ainda caiba recurso na esfera administrativa, por atos julgados irregulares pelos Tribunais de Contas;
- () punidas, por decisão que ainda caiba recurso na esfera administrativa, em processo disciplinar, por ato lesivo ao patrimônio público, em qualquer esfera de governo;
- () condenadas em processo por prática de crime contra a Administração Pública, capitulado nos Títulos II e XI da Parte Especial do Código Penal Brasileiro, na Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986, ou por ato de improbidade administrativa previsto na Lei nº 8.429, de 02 de junho de 1992.

Marque a sequência correspondente:

- a) V – F – F – V
- b) F – V – F – V
- c) F – F – F – V
- d) V – F – F – F
- e) Nenhuma das alternativas.

25) O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) editou regra específica para o Controle Interno Governamental: a NBC T 16.8. Esta Norma estabelece referenciais para o controle interno como suporte do sistema de informação contábil, no sentido de minimizar riscos e dar efetividade às informações da contabilidade, visando contribuir para o alcance dos objetivos da entidade do setor público. O Controle interno sob o enfoque contábil compreende o conjunto de recursos, métodos, procedimentos e processos adotados pela entidade do setor público, com a finalidade de: Assinale a alternativa que condiz com uma finalidade CORRETA:

- a) propiciar a divulgação de informação oportuna e adequada;
- b) exigir eficiência e agilidade operacional da entidade;
- c) atribuir punição a práticas ineficientes e antieconômicas, erros, fraudes, malversação, abusos, desvios e outras inadequações.
- d) salvaguardar os ativos e assegurar a veracidade dos componentes patrimoniais;
- e) Nenhuma das alternativas.

26) Acerca da Estrutura e Componentes da Norma Brasileira de Contabilidade NBC T 16.8 – CONTROLE INTERNO, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Monitoramento compreende o acompanhamento dos pressupostos do controle interno, visando assegurar a sua adequação aos objetivos, ao ambiente, aos recursos e aos riscos.
- b) Para efeito desta Norma, entende-se por riscos ocorrências, circunstâncias ou fatos previsíveis que devem afetar a qualidade da informação contábil.
- c) O ambiente de controle deve demonstrar o grau de comprometimento em todos os níveis da administração com a qualidade do controle interno em seu conjunto.
- d) O sistema de informação e comunicação da entidade do setor público deve identificar, armazenar e comunicar toda informação relevante, na forma e no período determinados, a fim de permitir a realização dos procedimentos estabelecidos e outras responsabilidades, orientar a tomada de decisão, permitir o monitoramento de ações e contribuir para a realização de todos os objetivos de controle interno.
- e) Nenhuma das alternativas.

27) No contexto das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) editou regra específica para o sistema de controle interno governamental, a NBC T 16.8, segundo a qual tal instância se desdobra em categorias. Assinale a alternativa CORRETA acerca dessas categorias.

- a) A NBC T 16.8 se desdobra em quatro categorias: operacional, contábil, sistemática e normativa.
- b) A Contábil está relacionada à observância da regulamentação pertinente.
- c) A Operacional está relacionada às ações que propiciam o alcance dos objetivos da entidade.
- d) A sistemática está relacionada à veracidade e à fidedignidade dos registros e das demonstrações contábeis.
- e) Nenhuma das alternativas.

28) A Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Conforme o art. 3º da citada Lei Orgânica, são atribuições do Tribunal de Contas: Assinale a alternativa que apresenta uma atribuição CORRETA:

- a) decidir sobre a seleção e a contratação do pessoal de sua Secretaria;
- b) encaminhar mensalmente à Assembleia Legislativa, relatório de suas atividades e de suas despesas.
- c) elaborar seu Regimento Interno e organizar os serviços auxiliares, provendo-lhes os cargos na forma estabelecida em lei;
- d) criar ou extinguir cargos de seus serviços auxiliares e fixar os respectivos vencimentos, sendo dispensável proposta à Assembleia Legislativa.
- e) Nenhuma das alternativas.

29) A Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, que dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, estabelece a jurisdição. O art. 15 determina quem está sujeito à jurisdição do Tribunal de Contas. Assinale a alternativa que represente corretamente, conforme o art. 15, aqueles que estão sujeitos à jurisdição do

Tribunal de Contas e se por decisão deste podem liberar-se de sua responsabilidade:

- a) qualquer pessoa ou entidade, exceto se mantida, ainda que parcialmente, pelos cofres públicos;
- b) qualquer servidor público civil ou militar;
- c) qualquer pessoa física ou jurídica de direito público ou de direito privado, mesmo que não tenha arrecadado ou recebido depósito, auxílio, subvenção, e contribuição do Estado ou Município, ou mesmo que não tenha sob sua guarda e administração bens ou valores públicos;
- d) os responsáveis por entidades jurídicas de direito privado que recebam contribuições para-fiscais e prestem serviço de interesse público ou social;
- e) Nenhuma das alternativas.

30) Acerca da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, que dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, órgão destinado à fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado e de seus Municípios, auxiliar do Poder Legislativo no controle externo, tem sua sede na cidade de São Paulo e jurisdição em todo o território estadual.
- b) O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, compõe-se de 5 (cinco) Conselheiros, nomeados de conformidade com a Constituição Federal.
- c) O Conselheiro terá as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens do Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado e somente poderá se aposentar com as vantagens do cargo quando o tiver exercido efetivamente por mais de 5 (cinco) anos.
- d) Para cumprimento de suas funções, o Tribunal de Contas poderá utilizar-se dos elementos apurados pelas unidades internas de controle da administração direta e autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público estadual ou municipal.
- e) Nenhuma das alternativas.

31) O Controle Interno está previsto na Constituição Federal e em legislação especial de maneira que é dever do Poder Executivo Municipal instituir e regulamentar a operação do controle interno. Por essa razão, o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO proferiu o Comunicado SDG nº 32/2012, com a pretensão de instituir órgão de controle interno. De acordo com esse Comunicado, tal normatização atentar-se-á, dentre outros aspectos, para as funções constitucionais e legais atribuídas ao controle interno. Assinale a assertiva que não está redigida no Comunicado como funções constitucionais e legais atribuídas ao controle interno:

- a) Fiscalizar o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e deveres do governo estadual.
- b) Comprovar a legalidade da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.
- c) Comprovar a legalidade dos repasses a entidades do terceiro setor, avaliando a eficácia e a eficiência dos resultados alcançados.
- d) Apoiar o Tribunal de Contas no exercício de sua missão institucional.
- e) Nenhuma das Alternativas.

32)As atribuições do Controle Interno estão determinadas no art. 74 da Constituição Federal e no art. 59 da Lei de Responsabilidade Fiscal. Assinale a alternativa INCORRETA acerca das atribuições do Controle Interno:

- a)Comprovar a eficácia e a eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial (art. 74, II, da CF).
- b)Analisar se as despesas dos onze últimos meses do mandato têm cobertura financeira, o que evita, relativamente a esse período, transferência de descobertos Restos a Pagar para o próximo gestor político (art. 59, II, da LRF).
- c) Assinar o Relatório de Gestão Fiscal em conjunto com o Prefeito ou o Presidente da Câmara Municipal e, também, com o responsável pela administração financeira (art. 54, parágrafo único, da LRF).
- d) Verificar se está sendo providenciada a recondução da despesa de pessoal e da dívida consolidada a seus limites fiscais (art. 59, III e IV, da LRF).
- e) Nenhuma das alternativas.

33)O marco inicial do Controle Interno acha-se disposto nos arts. 76 a 80 da Lei nº 4.320, de 1964, que estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Conforme os artigos mencionados, marque a alternativa INCORRETA.

- a) A verificação da legalidade dos atos de execução orçamentária será prévia, não sendo possível a verificação concomitante ou subsequente.
- b) Além da prestação ou tomada de contas anual, quando instituída em lei, ou por fim de gestão, poderá haver, a qualquer tempo, levantamento, prestação ou tomada de contas de todos os responsáveis por bens ou valores públicos.
- c) Ao órgão incumbido da elaboração da proposta orçamentária ou a outro indicado na legislação, caberá o controle estabelecido no inciso III do artigo 75. Esse controle far-se-á, quando for o caso, em termos de unidades de medida, previamente estabelecidos para cada atividade.
- d) Compete aos serviços de contabilidade ou órgãos equivalentes verificar a exata observância dos limites das cotas trimestrais atribuídas a cada unidade orçamentária, dentro do sistema que for instituído para esse fim.
- e) Nenhuma das alternativas.

34)Em 16 de novembro de 2010, o Instituto Rui Barbosa e a Associação dos Tribunais de Contas do Brasil (ATRICON) publicaram as Normas de Auditoria Governamental (NAGs). Nesse trabalho, há normas que também poderiam ser aproveitadas pela unidade de controle interno do Município. São técnicas de auditoria interna que podem ser usadas pelo controle interno.

Assinale a assertiva CORRETA acerca das abordagens que podem ser utilizadas pelo controlador interno:

- a) Entrevista ou indagação: consulta junto a pessoas que atuam dentro ou fora da Administração para aferir a eficácia, eficiência e efetividade dos serviços públicos.
- b) Análise: verificar a exatidão das somas, deduções, produtos, divisões, sequências numéricas, aplicação de taxas; isso, mesmo quando os números são processados eletronicamente.

c) Execução: envolve a execução dependente pelo profissional de auditoria e assembleia de procedimentos ou controles que foram originalmente realizados como parte do controle interno do ente auditado.

d) Confirmação Externa ou Circularização: obter, de fonte interna, informações sobre a regularidade de atos financeiros de valor irrelevante.

e) Nenhuma das Alternativas.

35) Marque a alternativa INCORRETA acerca dos Conceitos Básicos de Auditoria Governamental:

a) Relatório de Auditoria: documento técnico de que se serve o controlador para relatar suas constatações, conclusões e recomendações.

b) Gestão Pública: sempre em prol do interesse coletivo, administração de pessoas e recursos, baseada nos princípios constitucionais que regem a Administração Pública: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e economicidade (LIMPE).

c) Fraude: ato voluntário intencional, referente à omissão ou manipulação de transações, adulteração de documentos, informações, registros e demonstrações. Existe dolo, pois há intenção de causar dano ao erário.

d) Eficiência: refere-se à alternativa mais racional (binômio preço x qualidade) para a solução de qualquer problema. Quando relacionado às aquisições, refere-se à oportunidade de redução de custos na compra de bens ou serviços, mantendo-se, sempre que possível, um nível adequado de qualidade.

e) Nenhuma das alternativas.

36) A Lei Complementar nº 24 de 28 de julho de 2006, aprova o novo Código Tributário do Município de Guaratinguetá e dá outras providências. Conforme o Capítulo IV – DO SUJEITO PASSIVO dessa Lei, é CORRETO afirmar que:

a) As convenções particulares relativas à responsabilidade pelo pagamento de tributos, podem sempre ser opostas à Fazenda Pública, na tentativa de modificar a definição legal do sujeito passivo das obrigações tributárias correspondentes. (art. 18)

b) As pessoas que tenham interesse comum na situação que constitua o fato gerador da obrigação principal, em regra, não são solidariamente obrigadas. (art. 19, I)

c) A capacidade tributária passiva independe da capacidade civil das pessoas naturais; (art. 21, I).

d) Na falta de eleição, pelo contribuinte ou responsável, de domicílio tributário, na forma da legislação aplicável, considera-se como tal: quanto às pessoas jurídicas de direito privado ou às firmas individuais, sempre o lugar da sua filial. (art. 22, II)

e) Nenhuma das alternativas.

37) Observe as assertivas acerca da Lei Complementar nº 24 de 28 de julho de 2006, aprova o novo Código Tributário do Município de Guaratinguetá e dá outras providências.

I -Fato gerador da obrigação principal é a situação definida em lei como necessária e suficiente à sua ocorrência.

II-Fato gerador da obrigação acessória é qualquer situação que, na forma da legislação aplicável, imponha a prática ou a abstenção de ato que não configure obrigação principal.

III-Salvo disposição de lei em contrário, a responsabilidade por infrações à legislação tributária depende da intenção do agente ou do responsável, e da considerável extensão dos efeitos do ato.

IV - As circunstâncias que modificam o crédito tributário, sua extensão ou seus efeitos, ou as garantias, ou os privilégios a ele atribuídos, ou que excluem sua exigibilidade não afetam a obrigação tributária que lhe deu origem.

Conforme exposto:

- a) Somente as alternativas I e II estão corretas.
- b) Somente as alternativas I, III e IV estão corretas.
- c) Somente as alternativas I, II e IV estão corretas.
- d) Somente as alternativas II e III estão corretas.
- e) Nenhuma das alternativas.

38) A Lei Complementar nº 24 de 28 de julho de 2006, aprova o novo Código Tributário do Município de Guaratinguetá e dá outras providências. Essa Lei Complementar estabelece em seu Título II, Capítulo II A CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO, e o art. 39 trata especificamente das Modalidades de Lançamento. Observe as sentenças acerca das modalidades de lançamento:

I - lançamento por homologação, quando for efetuado pelo fisco com base na declaração do sujeito passivo ou de terceiro, quando um ou outro, na forma da legislação tributária, presta à autoridade fazendária informações sobre matéria de fato, indispensável à sua efetivação;

II – lançamento de ofício, quando feito unilateralmente pela autoridade tributária, sem intervenção direta do contribuinte;

III – lançamento por declaração, quando a legislação atribuir ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento do tributo, sem prévio exame da autoridade administrativa, operando-se o lançamento pelo ato em que a referida autoridade, tomando conhecimento da atividade assim exercida pelo obrigado, expressamente a homologue.

Conforme o exposto, assinale a alternativa correta:

- a) Somente a alternativa III está correta.
- b) Somente a alternativa I está correta.
- c) Somente a alternativa II está correta.
- d) Somente as alternativas I e II estão corretas.
- e) Nenhuma das alternativas.

39) Com relação a extinção do crédito tributário, estabelecido na Lei Complementar nº 24 de 28 de julho de 2006 , aprova o novo Código Tributário do Município de Guaratinguetá e dá outras providências, marque a assertiva CORRETA.

- a) Extingue o crédito tributário somente o pagamento; a compensação; a transação; a remissão; a prescrição e a decadência; a conversão de depósito em renda; e a consignação em pagamento, quando julgada procedente;
- b) Mesmo que haja o pagamento parcial de um crédito, há a presunção de pagamento;
- c) A impontualidade de pagamento gera juros de mora, que serão cobrados a partir do dia do vencimento e, à razão de dois por cento, por mês calendário, ou fração, e calculados sobre o valor atualizado;
- d) A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva.
- e) Nenhuma das alternativas.

40) Assinale a alternativa CORRETA:

A redação do relatório de auditoria interna deve ser:

- a) Parcial: a informação deve ser fiel aos fatos, contudo deve deixar clara a conclusão do gestor, para que haja melhorias através do relatório.

b) Construtiva: a informação deve expressar providências para melhorar a gestão financeira e operacional da entidade de governo. Não se deve utilizar expressões duras, ofensivas, adjetivadas, tampouco comentários desnecessários, inoportunos ou depreciativos.

c) Conclusiva: embora não seja objetiva e concisa, a informação deve estar inteira, acabada, terminativa, sem omissões ou supressões.

d) Oportuna: deve-se evitar incertezas; de preferência sem expor dúvidas ou obscuridades que causem interpretações diversas das pretendidas.

e) Nenhuma das alternativas.

41) Com relação a nova contabilidade do setor público e a nova sistemática contábil, assinale a alternativa INCORRETA:

a) Autarquias e certas fundações estaduais submetem-se à contabilidade pública (Lei 4.320/1964); outras fundações e as empresas estatais sujeitam-se à contabilidade comercial (Lei 6.404/1976), não obstante estes últimos, do direito privado, produzirem, em separado, demonstrativos segundo à escrita pública, no escopo de compor o Balanço Geral do Estado.

b) A Portaria STN nº 665, de 30 de novembro de 2010, introduz os novos balanços públicos, com vigência obrigatória, em 2012, para União e Estados. Ato contínuo, a Portaria Conjunta STN/SOF nº 664 detalha e explica os conteúdos das novas demonstrações contábeis aplicadas ao setor público; são elas: Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido, Demonstração do Resultado Econômico.

c) Com a nova contabilidade, os bens de uso comum do povo passarão a integrar o passivo governamental; eis o caso de estradas vicinais, pontes, viadutos, túneis e praças. Então, todo e qualquer investimento público resultará diminuição patrimonial, diferente do que agora é.

d) Na nova sistemática contábil, é absolutamente vital a Administração atualizar o valor dos bens móveis e imóveis, procedimento este que, a teor da Lei 4.320, é apenas opcional, facultativo (art. 106, § 3º). Assim, os ativos não financeiros não mais comparecerão, nas peças contábeis, com os atuais valores irrisórios, pífios; serão contabilizados em montante próximo à realidade de mercado, o que facilita a apuração de custos dos serviços públicos.

e) Nenhuma das Alternativas.

42) Na fase do planejamento da auditoria interna, é possível ter-se um quadro preliminar da situação orçamentária, financeira, operacional e patrimonial da entidade municipal, daí identificando certos pontos de fragilidade. A partir de então, serão eleitos os segmentos onde o Controle Interno concentrará mais energia. São os chamados pontos de interesse. Assinale a assertiva que NÃO representa uma vantagem da planificação interna:

- a) Controla gastos com os funcionários;
- b) Reduz o grau de esquecimento e de omissão;
- c) Identifica os papéis de trabalho a serem utilizados;
- d) Funciona como instrumento de avaliação dos resultados.
- e) Nenhuma das alternativas.

43) As despesas gerais do município devem ser vistas pelo controlador interno. Dentre essas despesas, há

aquelas que ferem o interesse público. Essas despesas são impróprias ressentem-se de interesse público; a imensa parte dos contribuintes, se pudessem, vetaria o uso de dinheiro público na aquisição de certos bens e serviços. Esses gastos ofendem os princípios da legitimidade, moralidade e economicidade (art. 37 e 70, I da Constituição Federal).

Analisar as assertivas abaixo:

I - Promoção pessoal de autoridades e servidores públicos, em afronta ao art. 37, § 1º da Constituição.

II - Pagamento de anuidade de servidores em conselhos profissionais como OAB, CREA, CRC, entre outros.

III - Assinatura de revistas que veiculam temas ligados à Administração Pública.

IV - Gastos excessivos com telefonia celular.

Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) Todas as alternativas apresentam despesas que ferem o interesse público.
- b) Somente as alternativas I, II e IV apresentam despesas que ferem o interesse público.
- c) Somente as alternativas I, III e IV apresentam despesas que ferem o interesse público.
- d) Somente a alternativa IV apresenta despesa que fere o interesse público.
- e) Nenhuma alternativa apresenta despesa que fere o interesse público.

44) Assinale a alternativa INCORRETA de acordo com o Manual Básico o Controle Interno do Município fevereiro de 2015.

a) O controle interno, em essência, deve ser realizado por todo servidor público, em especial os que ocupam postos de chefia. Já, o instituído sistema de controle interno checka, de forma articulada, a eficiência de todos aqueles controles setoriais, sob estruturação apresentada em lei local.

b) Controle interno não é a mesma coisa que sistema de controle interno.

c) O sistema interno possui o as mesmas prerrogativas de decisão do controle externo, ou seja, julga contas anuais, registra admissões e aposentadorias e aplica multas ou susta atos tidos irregulares.

d) Antes da Constituição de 1988, o controle interno era somente exercido pelo Poder Executivo. Agora, cada Poder estatal dispõe de sua própria vigilância interna, integrada à existente nos outros Poderes (art. 74 da CF).

e) Nenhuma alternativa.

45) É necessário que administradores públicos regulamentem o esquema de controle interno. Esse nível internalizado de controle pode, inclusive, evitar que o dirigente incorra em desacertos fatais para a sua carreira política.

O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo vem indicando muitas falhas de gestão financeira, que poderiam ser impedidas se o dirigente municipal tivesse normatizado, de forma eficaz, o sistema de controle interno. Uma eficiente estrutura de controle interno poderia evitar vários desacertos. Indique a alternativa que apresenta uma irregularidade e que poderia ser obstada por uma eficiente estrutura de controle interno:

a) A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) orientada pelos conteúdos exigidos na Constituição e na Lei de Responsabilidade Fiscal.

b) Diferença irrelevante entre o valor analítico do Setor de Dívida Ativa e o número sintético da Contabilidade.

c) Gastos amparados no princípio da legitimidade, ou seja, consoante ao interesse público.

d) A Lei Orçamentária Anual (LOA) que não se detalha até o elemento de despesa, além de permitir, de forma genérica, alteração pelos mecanismos da transposição, remanejamento e transferência, os quais, vale ilustrar, dependem de lei formal específica (art. 167, VI, da CF).

e) Nenhuma das alternativas.

46) Assinale V (verdadeiro) ou F (falso) nas afirmações sobre o cargo de controlador interno.

() Sobre a designação de servidores para ocupar o cargo de Controlador Interno, é importante lembrar que existem limitações constitucionais, legais e jurisprudenciais acerca do assunto, como, por exemplo, a Súmula Vinculante 13 do STF.

() Nas pequenas Prefeituras e Câmaras Municipais ou, mesmo, nas entidades descentralizadas de pouca movimentação financeira, para elas um único servidor pode responder pelo Controle Interno, e, sob certas condições, não há necessidade de nova contratação para a lide; bastaria específica gratificação para o servidor designado, conforme as possibilidades financeiras do órgão ou entidade.

() Mesmo nas Prefeituras e Câmaras Municipais pequenas, ou, mesmo, nas entidades descentralizadas de pouca movimentação financeira, o cargo de controlador interno deve ser criado por lei específica e ser provido mediante específico concurso público, todavia, até que se mensure a necessidade e a quantidade ideal da estrutura do órgão de controle interno, é recomendável que a atividade seja exercida ou designada por servidor efetivo, em face das garantias mínimas que são inerentes a esse tipo de servidor.

() Estabelecido o Controle Interno, cada Secretaria deverá designar uma pessoa responsável por municiar o Controlador com as informações que este solicitar. Não poderá, em nenhuma hipótese, ser negada informação ao responsável pelo Controle Interno.

Marque a sequência correspondente:

a) V – F – V – F.

b) V – V – F – F.

c) F – F – V – F.

d) V – V – F – V.

e) Nenhuma das alternativas.

47) Acerca do controle interno, assinale a alternativa INCORRETA.

a) Ideal que o sistema de controle interno seja instituído por lei municipal, nela previstas as incumbências desse órgão, o perfil e o processo de escolha dos controladores internos, bem como os deveres e, sobretudo, as fundamentais garantias funcionais desses servidores, os quais não poderão ser transferidos ou ter seu trabalho impedido por qualquer agente político.

b) Existem limitações de conflito de interesse e que ferem a autonomia que deve dispor o Controlador. Como exemplo, via de regra, a recomendação para que o servidor responsável pelo Controle Interno não faça parte de comissões de licitação, sindicância, processo administrativo, inventário, entre outros. Em casos excepcionais, um suplente poderia ser designado para exercer a função de controlador, caso o titular faça parte de alguma comissão.

c) A normatização do controle pode dispor que seus componentes devam ter certo tempo de serviço, de preferência, que já tenham passado pelo estágio

probatório, comprovando honestidade, ética, bom relacionamento com os demais colegas, e interesse em aprender o conjunto dos encargos operacionais e financeiros do respectivo órgão ou entidade.

d) A normatização deverá dispor sobre a qualificação do Controlador em grandes cidades com mais de 100.000 habitantes, que será ensino médio completo, de preferência cursando ou concluído graduação, independente da grade curricular do curso. Sendo dispensável o treinamento dos controladores internos.

e) Nenhuma das alternativas.

48) Observe as alternativas e marque a INCORRETA:

a) A Portaria nº 753 da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) foi editada em 21 de dezembro de 2012 e altera portarias anteriores desse órgão federal, agora estabelecendo que o plano de contas aplicado ao setor público (PCASP) e as demonstrações contábeis aplicadas ao setor público (DCASP) deverão ser adotadas por todos os entes da federação.

b) O modelo orçamentário brasileiro se desdobra em 3 (três) leis; hierarquizadas e interdependentes (art. 165, CF): O Plano Plurianual– PPA. A Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO. A Lei de Orçamento Anual – LOA.

c) Procedimento é o conjunto de ações e instruções disciplinado e formalizado por meio de instrumentos específicos, claros, objetivos e emitidos por autoridade competente que busquem um adequado grau de segurança. Os procedimentos de auditoria interna são exames que revelam a atual situação operativa dos vários setores de atuação pública e dos muitos aspectos da administração financeira.

d) O Comunicado *SDG nº 32, de 2012* do Tribunal de Contas de São Paulo, estabelece que o sistema de controle interno pode ser composto por servidores do quadro efetivo ou não efetivo.

e) Nenhuma das alternativas.

49) Licitação é procedimento administrativo formal em que a Administração Pública convoca, por meio de condições estabelecidas em ato próprio (edital ou convite), empresas interessadas na apresentação de propostas para o oferecimento de bens e serviços. Assinale a alternativa CORRETA sobre alguns princípios básicos norteadores dos procedimentos licitatórios públicos:

a) Princípio da Isonomia: Nos procedimentos de licitação, esse princípio vincula os licitantes e a Administração Pública às regras estabelecidas nas normas e princípios em vigor.

b) Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório: Significa dar tratamento igual a todos os interessados. É condição essencial para garantir competição em todos os procedimentos licitatórios.

c) Princípio da Legalidade Impessoalidade: Esse princípio obriga a Administração a observar nas decisões critérios objetivos previamente estabelecidos, afastando a discricionariedade e o subjetivismo na condução dos procedimentos de licitação.

d) Princípio da Impessoalidade: Obriga a Administração e o licitante a observarem as normas e condições estabelecidas no ato convocatório. Nada poderá ser criado ou feito sem que haja previsão no instrumento de convocação.

e) Princípio da Celeridade: Consagrado como uma das diretrizes a ser observada em licitações na modalidade pregão, busca simplificar procedimentos de rigorismos

excessivos e de formalidades desnecessárias. As decisões, sempre que possível, devem ser tomadas no momento da sessão.

50) Modalidade de licitação é forma específica de conduzir o procedimento licitatório, a partir de critérios definidos em lei. Sendo a Tomada de Preços uma das modalidades assinale a alternativa CORRETA:

a) Modalidade realizada entre interessados do ramo de que trata o objeto da licitação que comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital, em que a disputa pelo fornecimento de bens ou serviços comuns é feita em sessão pública.

b) Modalidade realizada entre interessados do ramo de que trata o objeto da licitação, escolhidos e convidados em número mínimo de três pela Administração.

c) Modalidade realizada entre interessados do ramo de que trata o objeto da licitação, devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, que comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital.

d) Modalidade realizada entre interessados do ramo de que trata o objeto da licitação que na fase de habilitação preliminar comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital.

e) Modalidade que se destina exclusivamente à contratação de bens e serviços comuns, independentemente do valor estimado da contratação.